

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e do Plano e da Saúde:

Portaria n.º 52/84:

Altera o quadro de pessoal do Hospital de Egas Moniz na parte referente ao pessoal técnico superior — pessoal médico.

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e do Plano e da Cultura:

Decreto-Lei n.º 35/84:

Fixa em 40 000\$ mensais a pensão vitalícia atribuída a Berta Júlia das Neves Mendes, nos termos do Decreto-Lei n.º 355/77, de 31 de Agosto.

Região Autónoma dos Açores:

Assembleia Regional:

Resolução da Assembleia Regional n.º 2/84/A:

Aprova a alteração ao orçamento da Região Autónoma dos Açores para 1983.

Nota. — Foi publicado um suplemento ao *Diário da República*, n.º 148, de 30 de Junho de 1983, inserindo o seguinte:

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e do Plano e da Reforma Administrativa:

Decreto-Lei n.º 306-A/83:

Altera a composição dos Gabinetes dos Ministros da República para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

PRESIDENCIA DA REPUBLICA

**Decreto do Presidente da República n.º 9/84
de 25 de Janeiro**

O Presidente da República, ouvido o Governo, decreta, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 137.º da Constituição, o seguinte:

A pena residual de 11 anos, 7 meses e 15 dias de prisão aplicada a António Faustino Ferreira no processo n.º 576/79 da 2.ª Secção do 2.º Juízo do Tribunal Judicial de Coimbra é reduzida, por indulto, em 1 ano, 7 meses e 15 dias de prisão.

Assinado em 22 de Dezembro de 1983.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Referendado em 16 de Janeiro de 1984.

O Primeiro-Ministro, *Mário Soares*.

**Decreto do Presidente da República n.º 10/84
de 25 de Janeiro**

O Presidente da República, ouvido o Governo, decreta, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 137.º da Constituição, o seguinte:

A pena residual de 15 anos, 3 meses e 22 dias de prisão aplicada a António Alberto de Sousa Moreira

no processo n.º 1073/78 da 1.ª Secção do 2.º Juízo do Tribunal Judicial de Vila da Feira é reduzida, por indulto, em 3 anos de prisão.

Assinado em 22 de Dezembro de 1983.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Referendado em 16 de Janeiro de 1984.

O Primeiro-Ministro, *Mário Soares*.

**Decreto do Presidente da República n.º 11/84
de 25 de Janeiro**

O Presidente da República, ouvido o Governo, decreta, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 137.º da Constituição, o seguinte:

A pena residual de 11 anos, 7 meses e 15 dias de prisão aplicada a José Francisco da Costa no processo n.º 134/80 da 2.ª Secção do 1.º Juízo do Tribunal Judicial das Caldas da Rainha é reduzida, por indulto, em 2 anos de prisão.

Assinado em 22 de Dezembro de 1983.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Referendado em 16 de Janeiro de 1984.

O Primeiro-Ministro, *Mário Soares*.

**Decreto do Presidente da República n.º 12/84
de 25 de Janeiro**

O Presidente da República, ouvido o Governo, decreta, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 137.º da Constituição, o seguinte:

A pena residual de 7 anos, 6 meses e 15 dias de prisão aplicada a Luís Faustino da Silva no processo n.º 1188/80 da 1.ª Secção do 1.º Juízo do Tribunal Judicial das Caldas da Rainha é reduzida, por indulto, em 1 ano de prisão.

Assinado em 22 de Dezembro de 1983.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Referendado em 16 de Janeiro de 1984.

O Primeiro-Ministro, *Mário Soares*.

**Decreto do Presidente da República n.º 13/84
de 25 de Janeiro**

O Presidente da República, ouvido o Governo, decreta, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 137.º da Constituição, o seguinte:

A pena residual de 15 anos, 10 meses e 19 dias de prisão aplicada a Joaquim Moreira Neto no processo